



EDIÇÃO 6
FEV/MAR 2020

ATUALIZAÇÕES DAS ATIVIDADES INTERNACIONAIS DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

A sexta edição do boletim **CGU Internacional** contempla os meses de fevereiro e março de 2020. Em virtude das medidas preventivas adotadas pelas organizações internacionais e pelos países em decorrência do Covid-19, parte das atividades de março foram adiadas, todavia, a edição abrange conteúdos relevantes, como a realização da próxima Conferência dos Estados Partes do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (COSP-MESICIC), assunto tratado na Missão do ministro Wagner Rosário a Washington D.C. e ratificado na 34ª Reunião da Comissão de Peritos do MESICIC.

A edição passada havia noticiado a realização da visita *in loco* ao Brasil no âmbito do Segundo Ciclo de Avaliação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), que ocorreria na CGU entre os dias 31 de março e 2 de abril. A Assessoria Especial para Assuntos Internacionais (AINT) já havia contatado as Secretarias da Casa e órgãos parceiros para o estabelecimento de reuniões de orientação e alinhamento sobre as expectativas da visita, além de iniciar os aspectos logísticos para a realização do encontro. No entanto, recebeu e acatou o comunicado do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) sobre seu adiamento, como medida de prevenção ao Covid-19. Ainda com nova data a ser definida, a Assessoria reestabelecerá o contato junto às áreas e trará atualizações sobre a visita *in loco* assim que possível.

As notícias desta sexta edição foram fruto das contribuições dos participantes da CGU nos eventos internacionais dos últimos dois meses. A AINT permanece à disposição para receber sugestões, críticas e textos para o boletim por meio do e-mail assessoria.internacional@cgu.gov.br.

NOTÍCIAS

CGU RECEBE VISITA DA AGÊNCIA ANTICORRUPÇÃO FRANCESA

Em dezembro passado, durante a Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, o ministro Wagner Rosário assinou Memorando de Entendimentos com a Agência Francesa Anticorrupção (AFA), com vistas a aumentar a cooperação e o intercâmbio entre a Agência e a Controladoria-Geral da União (CGU).

De maneira a aproveitar a vinda à Brasília do Diretor-Geral da AFA, Charles Duchaine, para compromisso na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, a CGU o recebeu para reunião no dia 13 de março. Os assuntos de interesse da AFA foram a resolução de casos de corrupção por meio dos acordos de leniência e a metodologia de monitoramento dos programas de compliance no âmbito dos acordos. As apresentações foram realizadas pelo secretário de Combate à Corrupção, João Carlos Figueiredo, e pelo Diretor de Promoção à Integridade, Pedro Ruske.

Nessa primeira aproximação, o Diretor-Geral da AFA também explicou sobre as atividades e competências da Agência, criada em 2016, com a missão de auxiliar atores públicos e privados na prevenção e detecção de infrações contra a probidade.



O ministro Wagner Rosário, o secretário-Executivo, José Marcelo de Carvalho, e demais autoridades da CGU recebem o Diretor da AFA Charles Duchaine.



Leandro Mariosi (MRE), Priscila Busnello (PF), Edson Garutti (MJSP), Elizabeth Cosmo (CGU) e Lúcio Ângelo Jr. (AGU)

FOROS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

G20 – REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO ANTICORRUPÇÃO (Riade, Arábia Saudita, 3-6 de fevereiro)

O Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 se reuniu em Riade, no período de 3 a 6 de fevereiro. A delegação brasileira foi chefiada pela auditora Elizabeth Cosmo, chefe substituta da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais da Controladoria-Geral da União (CGU), e também teve representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e Advocacia-Geral da União (AGU).

A reunião foi precedida de *side event* no qual foram apresentadas visões e boas práticas sobre os temas prioritários da presidência do grupo, atualmente sob a responsabilidade da Arábia Saudita e da Itália. O programa reuniu os assuntos: estratégias nacionais anticorrupção, prevenção da corrupção em processos de privatização e parcerias público-privadas, uso de tecnologia da informação e comunicação para promoção da integridade.

Dentre os temas discutidos, destacam-se a formulação de princípios de alto nível sobre o uso de tecnologia da informação e comunicação (TIC) na promoção da integridade e sobre estratégias nacionais anticorrupção.

No entendimento do Grupo, o uso apropriado de TIC pode ser uma ferramenta chave para a prevenção, detecção e investigação de casos de corrupção. Foi debatida a importância das novas tecnologias (como *blockchain*) e a importância de plataformas digitais em formato de dados abertos, bem como os desafios de integração entre bases de dados de diferentes órgãos e instituições.

Os debates sobre estratégias nacionais anticorrupção, por sua vez, tentaram definir parâmetros e conceitos para tais estratégias. Partindo do pressuposto de que não há um modelo único aplicável a todos os membros do G20 e que as estratégias devem refletir o contexto cultural, político e jurídico de cada país, bem como as prioridades e os desafios individuais, buscou-se delimitar princípios básicos que giram em torno de duas fases – a fase de desenvolvimento da estratégia e a fase de implementação e monitoramento.

Durante o desenvolvimento, entende-se que as estratégias devem basear-se em um diagnóstico preliminar do sistema nacional anticorrupção, incluindo suas forças e as lacunas existentes (tanto legais quanto institucionais). Assim, o diagnóstico deve analisar o arcabouço jurídico, os compromissos internacionais e as estratégias nacionais existentes em áreas correlatas (como crime organizado, lavagem de

dinheiro e recuperação de ativos). O diagnóstico também deve prever os recursos e a capacidade disponíveis, de modo a apoiar a identificação e priorização dos desafios existentes. A fase de desenvolvimento da estratégia nacional também deve designar responsabilidades a autoridades com alto grau de apoio político e autonomia contra influências indevidas no processo, bem como incluir os diferentes *stakeholders* (não só no setor público, mas também no setor privado e na sociedade civil), os quais devem cooperar entre si. Com base nos resultados do diagnóstico, a estratégia deve ser desenvolvida, endereçando as áreas-chave identificadas de maneira prática – o que quer dizer que a estratégia deve ser ambiciosa e, ao mesmo tempo, realista, aprovada pela autoridade relevante e tornada pública.

Já durante a fase de implementação e monitoramento, deve-se avaliar a necessidade de complementar a estratégia com um plano de ação, contendo resultados concretos baseados nas atividades priorizadas no curto, médio e longo prazos. O plano também poderá conter os instrumentos e ferramentas necessários para a sua implementação, bem como mecanismos para reportar o seu andamento. Deve haver previsão de supervisão e avaliação do status de implementação da estratégia, podendo ser desenvolvidos indicadores para demonstrar o seu progresso.

Ademais, foi discutido documento sobre privatização e Parceria Público-Privadas (PPPs). Entende-se que os princípios de combate à corrupção aplicados especificamente no contexto de privatização e PPPs trazem benefícios que incluem aumento na qualidade dos serviços com o uso de fundos adicionais, aumento no acesso à inovação, transferência e compartilhamento de riscos, além do uso de mecanismos mais eficientes de entrega de serviços. Riscos específicos aos processos de privatização e PPPs devem ser levados em consideração. Discutiu-se a necessidade de que os princípios não sejam tão prescritivos a ponto de afastar o interesse do investimento privado.

O Grupo também conversou sobre a preparação para a reunião ministerial que ocorrerá em outubro e será a primeira do G20 dedicada ao tema do combate à corrupção. Deverá ter como resultado uma declaração de alto nível em que os ministros reafirmam seu compromisso e reforçam a importância da cooperação internacional. Os membros do GT deverão propor parágrafos em que expressem suas prioridades para que uma versão inicial da declaração seja debatida durante a segunda reunião do Grupo, prevista para junho.

***ONU – SEGUNDO CICLO DE AVALIAÇÃO DO CHIPRE NO ÂMBITO DA CONVENÇÃO DA ONU CONTRA A CORRUPÇÃO – VISITA IN LOCO DOS PAÍSES AVALIADORES BRASIL E MICRONÉSIA
(Nicósia, Chipre, 25-27 de fevereiro)***

A auditora Mônica Bulhões, da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais (AINT), participou da visita in loco ao Chipre no âmbito do Segundo Ciclo do Mecanismo de Avaliação da Aplicação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), na condição de perita, juntamente com outros representantes brasileiros da Advocacia-Geral da União (AGU); do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e do Ministério Público Federal (MPF). Particularmente, conduziu os questionamentos endereçados aos representantes cipriotas, fase que sucedeu a análise das respostas do país avaliado ao questionário referente ao Capítulo II da UNCAC sobre medidas de prevenção da Corrupção.

A partir das informações prestadas o secretariado do UNODC elaborará minuta do documento intitulado “Sumário Executivo” que será submetido aos peritos dos países avaliadores (Brasil e Micronésia) e do país avaliado para aprovação. Esse documento é um dos produtos resultantes do processo avaliativo, juntamente com o “Relatório” do país.



Da esquerda para a direita: Yao Deng (UNODC), Erika Marena (MJSP), Elpida Solonos (Ministério da Justiça do Chipre), Mônica Bulhões (CGU), Anamara Osório (MPF), Stefanie Terkildsen (UNODC) e Fernando Filgueiras (AGU).

O Sumário Executivo de cada avaliação fica obrigatoriamente em transparência ativa no site do UNODC. É um documento sucinto que dispõe sobre as boas práticas e avanços logrados pelo país avaliado na prevenção e no combate à corrupção, bem como sobre as recomendações realizadas pelos avaliadores para o alcance do cumprimento efetivo dos artigos da UNCAC. Os Relatórios, por sua vez, são disponibilizados apenas se o país avaliado assim concordar, uma vez que compreendem todas informações prestadas durante sua avaliação.

No Primeiro Ciclo avaliativo da UNCAC, o Brasil permitiu a publicação de ambos documentos e seguirá entendendo pela transparência de suas avaliações no Segundo Ciclo. O banco de dados com as informações das avaliações de cada Estado Parte está disponível em <https://www.unodc.org/unodc/en/corruption/country-profile/index.html>.

A experiência da visita ao Chipre agregou conhecimento sobre o Mecanismo de Avaliação da UNCAC. Além de realizar as atribuições específicas mencionadas, a servidora verificou a dinâmica de funcionamento das reuniões e suas particularidades. Essa vivência prática auxiliará a AINT na organização da visita *in loco* ao Brasil, com nova data de realização a ser definida.

MISSÃO MINISTERIAL

(Washington D.C., Estados Unidos, 27-29 de fevereiro)

No fim de fevereiro, o ministro Wagner Rosário e a chefe da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, Camila Colares, realizaram missão a Washington D.C. para uma série de encontros bilaterais e para atender ao VI Encontro de Magistrados Brasil x EUA, promovido pelo Instituto Justiça & Cidadania e a *American University*.

REUNIÃO COM ROBERT TALIERCIO, DO GOVERNANCE GLOBAL PRACTICE PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE DO BANCO MUNDIAL

No encontro, foram levantadas possibilidades de parceria na construção e aplicação de soluções tecnológicas que aumentem a capacidade das agências para a detecção, investigação e sanção de atos de corrupção. Discutiu-se a possibilidade de ser concebido sistema que auxilie o tratamento eficiente das informações advindas dos acordos de leniência, possibilitando, por exemplo, o cruzamento destes dados com outros bancos de que dispõe o poder público. É sabido que um dos pilares do acordo de leniência é a possibilidade de alavancagem investigativa a partir das informações entregues pelas empresas. O tratamento eficiente destas informações gerará novas investigações, e, conseqüentemente, recuperação de ativos ao erário.

REUNIÃO COM O EMBAIXADOR FERNANDO SIMAS, CHEFE DA MISSÃO DO BRASIL JUNTO À ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

Na ocasião, o ministro Wagner reiterou o compromisso da Controladoria-Geral da União (CGU) com a OEA e, particularmente, com o Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC). O ministro compartilhou o entendimento de que o mecanismo tem uma importância histórica nos avanços alcançados não somente pelo Brasil, mas por todo o hemisfério, em matéria de combate à corrupção. Reiterou o interesse da CGU em manter o Brasil na presidência da Conferência dos Estados Partes (COSP) e anunciou a disponibilidade para realizar a próxima reunião da COSP ao final de 2020.

REUNIÃO COM JEAN MICHEL ARRIGHI – SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS DA OEA

Uma vez mais, agora juntamente aos representantes das OEA, o ministro Wagner Rosário reiterou o compromisso da CGU com o Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção, reconhecendo a importância histórica dos avanços alcançados não somente pelo Brasil, mas por todo o hemisfério, na prevenção e no combate à corrupção. Informou o interesse do Brasil em se manter na presidência da Conferência dos Estados Partes (COSP) e anunciou a disponibilidade para realizar a próxima reunião da Conferência. O secretário recebeu a notícia com grande satisfação e acordou em apoiar a CGU no que for necessário para a realização da COSP. Foram tratados temas de interesse, os quais poderiam ser abordados ao longo dos debates, tal como conflito de interesses e



Da esquerda para a direita: Jorge García (OEA); Jean-Michel Arrighi (OEA); ministro Wagner Rosário (CGU); Embaixador Fernando Simas (MRE) e Camila Colares (CGU)

cooperação internacional em matéria não-criminal.

REUNIÃO COM EMBAIXADOR DO BRASIL NOS ESTADOS UNIDOS, NESTOR FORSTER

Na ocasião, o ministro Wagner Rosário ressaltou a importância da parceria Brasil-EUA em matéria de combate à corrupção, não somente no que se refere ao compartilhamento de boas práticas, mas também em relação à troca de informações em investigações coincidentes. Além disso, ressaltou que a CGU vem trabalhando diretamente com agências norte-americanas como o *Department of Justice (DOJ)* e a *Security Exchange Commission (SEC)* em casos de corrupção para promover a responsabilização conjunta de empresas envolvidas.

VI ENCONTRO DE MAGISTRADOS BRASIL X EUA, SIMPÓSIO SOBRE

A ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO



O ministro da CGU participou do *Symposium on Economic Analysis of Law*, que teve lugar no *Washington College of Law (American University)*. Em seu painel, tratou das atribuições da CGU e da análise econômica feita na construção das políticas que conduz. Falou sobre os cinco eixos de atuação da Controladoria e da sua contribuição na construção de um ambiente econômico sustentável para o Brasil.

O ministro Wagner Rosário em sua fala no Washington College of Law.

OEA - 34ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE PERITOS DO MECANISMO DE ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA A CORRUPÇÃO (Washington D.C., Estados Unidos, 9-12 de março)

Entre os dias 9 e 12 de março, foi realizada a 34ª Reunião da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC). A auditora Elizabeth Cosmo, chefe substituta da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, representou a CGU e chefiou a delegação brasileira no encontro.

Dentre os tópicos debatidos, merece destaque a apresentação do relatório de progresso do último ano relativo à implementação das recomendações endereçadas ao Brasil. As informações prestadas foram elaboradas com base nos subsídios recebidos das áreas técnicas da CGU, além da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Polícia Federal (PF).

O Brasil assinalou os avanços na promoção da integridade no setor público; na transparência e no acesso à informação; no controle interno; na investigação e na sanção em casos de corrupção.

Com relação às recomendações da quarta rodada dirigidas à CGU, ressaltaram-se as ações de controle nos estados, municípios e órgãos públicos federais para avaliar a aplicação de recursos públicos e a execução de programas de governo, ações que geraram economia de 12,94 milhões de reais em 2019.

Do mesmo modo, chamou-se a atenção para os cinco acordos de leniência firmados pela CGU e pela AGU no período de 2019 com empresas investigadas no âmbito da Operação Lava-Jato, os quais resultaram no retorno de R\$ 7,5 bilhões, além de imporem obrigações de compliance empresarial a estas.

No que toca às recomendações dirigidas à PF, foram destacadas as ações da Divisão de Repressão à Corrupção, que auxilia a coordenação das delegacias especializadas e oferece capacitação e treinamentos aos agentes e delegados da PF. Após a criação da Divisão, o número de operações especiais deflagradas ultrapassou a meta estabelecida para 2019, totalizando 146 operações em todo o Brasil.

Outro assunto de destaque foi a proposta do Brasil para sediar a Quinta Reunião da Conferência dos Estados Partes do MESICIC (COSP), que deverá ocorrer no segundo semestre de 2020, em Brasília. Ademais, houve sorteio dos grupos de análise da sexta rodada. O Brasil será avaliado pelo Panamá e pela República Dominicana e será avaliador da Nicarágua.



A Comissão de Peritos do MESICIC em sua 34ª Reunião.

A última COSP ocorreu em dezembro de 2015, no início da quinta rodada de avaliação do MESICIC. O Brasil – que atualmente exerce a Presidência da Conferência – após considerar a proximidade do início da sexta rodada e verificar as funções da COSP de orientação à

Comissão de Peritos, de adoção de decisões de instrumentalização e de exame do Mecanismo, além de dispor sobre os aspectos de financiamento do MESICIC, avaliou oportuna a realização da quinta reunião da COSP e lançou a proposta aos Membros da Comissão de Peritos, a qual foi aprovada.

Espera-se que durante a COSP importantes temas, considerados relevantes na agenda anticorrupção internacional, possam ser debatidos em profundidade. O Brasil, na condição de presidente, poderá influenciar em grande medida as pautas a serem priorizadas, o que irá conferir importante liderança ao país no contexto hemisférico.

OCDE - REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE EMPRESAS ESTATAIS E PRÁTICAS DE PRIVATIZAÇÃO – SOPP (Paris, França, 10 de março)

A Controladoria-Geral da União (CGU), por meio da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), participou, no dia 10 março, da 34ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Empresas Estatais e Práticas de Privatização (SOPP) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris.

A auditora Cecília Alves Carrico, da Diretoria de Auditoria de Estatais (DAE/SFC), informou que o Brasil apresentou os resultados preliminares da avaliação da estrutura de governança corporativa das estatais brasileiras em relação às Diretrizes da OCDE sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais e respondeu perguntas dos membros do grupo. Além da CGU, a delegação brasileira também contou com a presença do secretário da Secretaria de Coordenação e Governança de Empresas Estatais do Ministério da Economia, Amaro Luiz de Oliveira Gomes, bem como do diretor Ricardo Moura de Araujo Faria.

O SOPP é um grupo dedicado à discussão de vários temas relacionados às empresas estatais, sobretudo com respeito às práticas de governança e de gestão adotadas por cada um dos países participantes. O espaço permite, ainda, a troca de experiências sobre os processos de privatização e seus resultados.

O arquivo das Diretrizes da OCDE sobre Governança Corporativas de Empresas Estatais está disponível em <https://www.oecd.org/publications/diretrizes-da-ocde-sobre-governanca-corporativa-de-empresas-estatais-edicao-2015-9789264181106-pt.htm>.